

## Políticas da leitura em filosofia



Por **DENILSON CORDEIRO\***

*Considerações sobre o estudo de filosofia*

“A leitura atenta é uma repetição inteligente” (Paul Valéry).

A fórmula de que um novo livro vem preencher uma lacuna bibliográfica é uma tópica recorrente no gênero da resenha. Pela repetição, pode parecer, algumas vezes, que está desgastada como recurso expressivo e, por isso, teria uma função meramente cosmética sem acrescentar nada de significativo ao interesse do leitor. Porém, outras vezes, a obra em pauta de fato realiza algo diferente e que muda a abordagem ou o tratamento de assuntos ainda presentes, o que justificaria e revigoraria o sentido originário do lugar comum.

É esse segundo caso o do livro *Introdução à análise argumentativa: teoria e prática*, de Marcus Sacrini, recentemente publicado pela editora Paulus, porque expõe em vernáculo uma preocupação propedêutica destinada à orientação, ao apoio e ao domínio de habilidades de escrita e de leitura por parte de estudantes e de interessados em geral, normalmente requeridas em várias circunstâncias da vida intelectual, mas sobretudo como requisito indispensável nos cursos de Filosofia, de humanidades e de ciências.

Como pretendo expor, até bem pouco tempo, houve nos estudos filosóficos na Universidade de São Paulo um acordo tácito de que o aprendizado da filosofia requeria dos estudantes um tipo de engajamento, de disposição, de preparo e de esforço pessoal cujo resultado levaria pelo conhecimento, necessária e providencialmente, a uma conversão política e a uma consequente transformação ética, em sentido amplo, que, por sua vez, solicitaria domínios e procedimentos para dar conta do projeto de estudos que incluía uma renovação do próprio projeto de vida, mas cujo escopo o estudante perceberia somente algum tempo depois.

Dentre essas medidas de preparo, estavam além dos estudos de idiomas e da constituição da própria erudição, elaborar, com ajuda da tradição filosófica, uma metodologia própria de análise, comentário e interpretação de textos, seja para os fins mais imediatos que as disciplinas filosóficas na graduação exigem, seja para a sedimentação das perspectivas filosóficas em pesquisa que vão interessando distintamente a cada estudante. Daí o acordo tácito, professores e professoras deveriam interferir o mínimo possível e só o fazerem na justa medida da solicitação de apoio e, muito eventual, acompanhamento de estudos dos estudantes. Isso significava, dentre outras coisas, que estudar filosofia era visto mais propriamente como um ato político, portanto, pressupunha, no caso do estudante, a constituição, com autonomia, de valores e princípios que inclusive dariam corpo à perspectiva que pede o estudo dos clássicos do pensamento.

Na USP, esse momento foi, sobretudo, francês. “A colonização que deu certo”, na réplica certeira do prof. Paulo Arantes a Michel Foucault.

O livro de Marcus Sacrini participa da mudança daquele modo de ver a condição peculiar dos estudantes de filosofia na USP. Justamente, porque o livro *Introdução à análise argumentativa* é, primeiramente, um manual de apoio aos estudantes no esforço antes solitário e hesitante de compreensão dos textos filosóficos, em particular, e de humanidades, em geral. Estudar filosofia passou a ser visto antes como um problema, porque ao mudarem os critérios de avaliação do desempenho da universidade, os índices passaram a decidir o que deveria ser considerado problemático. Sendo a educação básica o que lamentavelmente é no Brasil, a evasão do curso de filosofia se tornou uma preocupação central das gestões largamente implantadas.

Tratou-se, portanto, de pesquisar os fatores de desistência. Dentre os vários fatores sociais e pedagógicos, destacou-se o efeito da dificuldade crônica de acompanhar as disciplinas. A solução possível proposta vê, no entanto, a questão como, sobretudo, de capacitação técnica e, com sorte, do despertar de um sexto sentido para a necessidade de avançar nesse domínio na direção de uma nova racionalidade.

Permitam-me dizer algo sobre um fator que pode interferir na formação das expectativas de leitura dos estudantes. Isso porque a cultura educacional da escola básica no Brasil tende a sedimentar o equívoco do didatismo a qualquer custo como critério, expectativa e modelo de clareza expositiva na sensibilidade em formação dos estudantes, o que adotado como parâmetro de avaliação pode, contudo, operar na contramão dos melhores procedimentos de boa parte dos próprios propósitos filosóficos e do desenvolvimento e domínio de atenção e discernimento sobre os textos, porque sequestra a oportunidade do leitor de extrair por esforço próprio e perspectiva autônoma os sentidos que o texto e a doutrina filosófica em pauta podem oferecer e mesmo ganhar com brilho, inteligência e imaginação interpretativa. Que seja, portanto, compreendido como disponibilidade à aplicação dessa autonomia nos momentos em que, citando os textos dos autores tematizados, esta exposição lhes parecer obscura, enigmática ou, como costumam taxar apressadamente os estudantes, confusa. Tema, aliás, central na obra aqui em resenha.

Gostaria de lembrá-los ainda que o gênero da resenha, nos casos em que, como este, se pretende valorizar a obra em pauta, jamais comporta a intenção de dizer em poucas palavras aquilo que o autor do livro resenhado achou adequado expressar em quase quatrocentas páginas. Além de uma flagrante deselegância, o equívoco produz, quando muito, um desvio dos propósitos originais do livro, mais do que esclarecer sobre o realizado.

Como tenho feito um trabalho de história das ideias relacionadas ao momento de gênese de algumas das orientações políticas, filosóficas, intelectuais e educacionais nos estudos de Filosofia no Brasil, importaria para mim dizer algumas palavras mais acerca do modo de participação desta obra na história das providências metodológicas tomadas no mesmo sentido de evitar o naufrágio precoce das boas intenções e dos esforços dos estudantes que se aventuram e se dedicam ao estudo da filosofia no Brasil.

Nesse intuito, dividi esta apresentação em três cenas: a cena fundamental, a cena estrutural e a cena atual.

## A cena fundamental

Em 1936, Jean Maugué, responsável pelo curso de filosofia na recém-fundada Universidade de São Paulo, escreveu um documento seminal que serviu de orientação ao novo modo de lidar com a filosofia no Brasil. O texto “O ensino da filosofia e suas diretrizes” representou um marco de mudança na abordagem que a filosofia passaria a ter em São Paulo e no Brasil.

Descobrir, exercitar e aprender boas maneiras de leitura, de comentário e de interpretação dos textos filosóficos requer cuidados e preparo nem sempre evidentes. Esses modos se assemelham às regras de etiqueta para uma conveniente e adequada convivência social. Fariam sentido apenas ao aprendiz que reivindicasse participar dessa sociabilidade, quando então o conjunto de convenções e preceitos recomendados poderia auxiliar, mas não sem antes cobrar a dedicação e a disposição que convém.

Eis um resumo do conteúdo das proposições de Jean Maugué contido no texto acima referido, publicado inicialmente no Anuário da FFCL, em 1936, e republicado pelo *Caderno do Núcleo de Estudos Jean Maugué*, em 1996.

“O ensino da filosofia deve ser pessoal, tanto da parte do professor como da parte dos estudantes. Pede-se ao professor reflexões que empenhem a sua responsabilidade intelectual. Seria de desejar que se pedisse aos estudantes um pouco mais de personalidade”.

“A personalidade do estudante forma-se na atenção dada às lições, sobretudo na reflexão, e mais ainda, pela leitura lenta, contínua e meditada”.

“A leitura deve ser uma regra de vida para o estudante. Este não deve ler naturalmente senão os bons autores. É mais seguro ler aqueles que o tempo já consagrou. A filosofia começa com o conhecimento dos clássicos”.

“A história da filosofia deve ter, no Brasil, um lugar primordial. Ela pode ser ensinada, seguindo métodos rigorosos e

perfeitamente modernos. Não há vida presente sem o conhecimento da vida passada”.

“Enfim, o futuro da filosofia no Brasil depende da cultura que o estudante tiver adquirido anteriormente. A filosofia, segundo uma das concepções da República, de Platão, nada mais é que o coroamento dialético de um ensino harmônico e completo”.

Fica evidente o caráter ético dessas proposições, menos meramente protocolos metodológicos, exigem antes uma postura intelectual do aprendiz diante das obras filosóficas. Havia nisso uma aposta de que disposto a enfrentar o desafio de compreender a história do pensamento ocidental, o estudante poderia encontrar meios e interesse de assimilar procedimentos de análise textual, de interpretação e comentário, como tem, por exemplo, ocorrido na larga experiência de estudos de textos sagrados na forma da exegese e comentário.

E complementa Maugüé: “A filosofia é comunicável como é comunicável um sentimento. [...] Muito longe está a filosofia de ser uma ‘matéria’ que se ensine. O filósofo é um espírito que trabalha diante de outros espíritos, sendo que, deste modo, tudo depende do filósofo. Assim a força de uma paixão está toda no poder daquele que a sente, no seu coração, e na sua inteligência, assim o ensino da filosofia, isto é, a paixão da filosofia vai tão longe quanto a reflexão daquele que a professa”.

À semelhança da música, o que seriam das grandes realizações se não fosse o talento, a inteligência e o amor do executante a reanimá-las?

## A cena estrutural

O texto “Tempo lógico e tempo histórico na interpretação dos sistemas filosóficos”, de Victor Goldschmidt, foi traduzido e divulgado no Brasil por obra e empenho de Oswaldo Porchat nos fins dos anos 1960. Oswaldo Porchat foi discípulo de Goldschmidt, mas sem que Goldschmidt tivesse sido professor no Departamento de Filosofia em São Paulo.

Procedo, a seguir, a um resumo drástico dele, mas útil para os fins que esta resenha pretende: A técnica do intérprete em treze teses<sup>[1]</sup>:

- 1- O ofício de intérprete não pode consistir em reduzir à força esse desenvolvimento à sua fase embrionária, nem em sugerir, por imagens, o que o filósofo julgou dever formular em razões.
- 2 - O intérprete se coloca acima do sistema e, em relação ao filósofo, ao invés de adotar primeiramente a atitude do discípulo, faz-se analista, médico, confessor.
- 3 - É preciso estudar a “estrutura do comportamento” do texto e referir cada asserção a seu movimento produtor, o que significa, finalmente, referir a doutrina ao método.
- 4 - A principal tarefa do intérprete é restituir a unidade indissolúvel deste pensamento que inventa teses praticando um método. Nunca, portanto, separar método de exposição de método de descoberta.
- 5 - Nunca ceder à ilusão retrógrada de que uma doutrina pode preexistir a sua exposição, como um conjunto de verdades inteiramente constituídas e indiferentes a seu modo de explicitação.
- 6 - O intérprete deverá admitir um tempo lógico cristalizado na estrutura da obra, ao modo do tempo musical na partitura.
- 7 - A apreensão do tempo lógico onde se desenvolve o método independe da magnitude de tempo cronométrico, o tempo do relógio, necessário.
- 8 - A interpretação poderá ser científica e, por isso supor um devir, mas desde que seja interior ao sistema.
- 9 - A verdade nunca é dada em bloco e de uma só vez, mas sucessiva e progressivamente, em tempos e níveis diferentes.
- 10 - Nunca tentar medir a coerência de um sistema pela concordância, efetuada num presente eterno, dos dogmas que o compõem.
- 11 - É vão todo o esforço filosófico que busque por uma intuição única e total, estabelecendo-se, também ela, na eternidade.
- 12 - O que mede a coerência de um sistema e seu acordo com o real, não é o princípio de não contradição, mas a

responsabilidade filosófica.

13 – O que é essencial num pensamento filosófico é uma certa estrutura.

Goldschmidt não escreveu esse texto tendo em vista as condições do ensino e da aprendizagem da filosofia no Brasil, foi originalmente uma comunicação apresentada no XII Congresso Internacional de Filosofia, em Bruxelas, em 1953, com o intuito de participar do debate sobre os fundamentos da história da filosofia. Mas com o devido e característico cuidado e zelo, o professor Porchat deu uma inserção providencial ao texto no cenário dos estudos filosóficos na USP.

O narrador goldschmidtiano vai, durante a exposição, construindo sutilmente a figura que assume aqueles que se dedicam ao estudo da filosofia. Do princípio do texto até mais da metade, ele se refere ao seu interlocutor como um “intérprete”, quando então, imbuído dos princípios básicos da leitura estrutural, Pedro e Paulo, seus personagens e diferentes “tempos físicos” ou “tempos cronométricos”, com o perdão da redundância, já em novo estágio de instrução, passam a encarnar, ainda que muito de passagem, a função de leitores-filósofos, para no final do texto serem laureados com o título de historiadores, o que para Goldschmidt tem um sentido senão preciso pelo menos melhor expresso pela denominação de “historiadores dos sistemas e doutrinas filosóficas”, pensando enquanto gênero de escrita e disciplina universitária; nos termos em questão, história da filosofia significa para Goldschmidt, respectivamente, uma ciência e rigorosa.

Isso talvez tenha significado que o nosso caminho de formação só pode nos conduzir à posição de historiadores da filosofia, à condição privilegiada de profissionais na assimilação de estruturas filosóficas pelo desenvolvimento de rigorosas habilidades arqueológico-genealógico-estruturais no sentido de reencontrar o veio da argumentação e reconstituí-la em suas camadas sucessivas que resultaram num determinado e acabado propósito filosófico.

Como sabemos, esse sempre foi e ainda é um profilático expediente pedagógico que reposiciona um desejo veemente e muitas vezes precipitado do estudante de finalmente “pensar com a própria cabeça”. Não significa, bem entendido, que essa espécie de furor muitas vezes necessário e, no mais, constitutivo e legítimo precisasse ser extinto, antes o que se passa, assim entendo, é que ele, com a suspensão temporária de suas convicções pessoais, acabasse por revigorar-se, aprimorar-se, ganhar em capacidade de reflexão e elaboração para, aí sim, manifestar-se com a premência que pede o presente e, ao mesmo tempo, com a responsabilidade, com a honestidade e o entusiasmo do pensamento filosófico pacientemente fortalecido.

Estavam erigidos assim os principais elementos de uma cena estrutural como capítulo da história da filosofia que fez concessão ao espírito do tempo e ofereceu préstimos novamente de orientação ética ou de uma moralidade mínima à consciência que busca se guiar no emaranhado dos sistemas e das doutrinas filosóficas.

A complementação da orientação bibliográfica seguia, no entanto, no sentido de um outro professor francês que esteve como professor na USP entre 1948-50, Martial Guérout, cujo texto *“Le problème de l'Histoire de la Philosophie”*, de 1956, também entrava para o nosso guia de boas maneiras intelectuais com os clássicos. Importa frisar que assim como o texto de Goldschmidt, tampouco o texto de Guérout foi escrito com vistas especificamente ao ensino da filosofia no Brasil, como, ao contrário, considerou Maugüé. Isso não deixa de oferecer alguma medida sobre as diferentes perspectivas que pode assumir as providências de um professor diante do que considera ou não como suas atribuições e responsabilidades intelectuais.

O livro *Philosophie de l'histoire de la philosophie*, onde consta o capítulo acima referido, é uma investigação sobre a ideia, sobre o alcance, sobre inclusive a possibilidade de uma História da Filosofia, cuja expressão guarda em si, como sabemos, um caráter antinômico. Diz Guérout: “Por seus próprios termos, a noção de história da filosofia coloca um problema. Nenhuma expressão reúne à primeira vista conceitos tão contraditórios. Como é possível uma história da filosofia objetivamente válida do ponto de vista da filosofia e do ponto de vista da história?”

A história pretende ser a narrativa dos acontecimentos relativos a um determinado tempo e lugar. Ao historiador compete seguir a ideia reguladora do esforço de tentar fazer reviver o passado tal como deve ter acontecido. O encadeamento de dados e causas particulares e fortuitas sugere uma explicação do presente como dependente inelutavelmente do passado. O historiador procede à seleção, triagem e hierarquização baseado na perspectiva de se questionar sobre “se e como, em tal momento, tais coisas se passaram de tal modo”, sem que com isso ele se converta no autor de seu objeto. A sua mira intelectual, digamos, está no foco dos dados mais exatos e concretos possíveis. Dessa perspectiva, a história estaria fora da grei das chamadas ciências abstratas.

A discussão é datada e talvez soe *démodé* aos historiadores das mentalidades; o “caráter científico” já não goza do mesmo prestígio e estatuto, apesar de ainda balizar a perspectiva e as exigências de novidades nas áreas do conhecimento. De qualquer modo, Guérout redesenha o exercício epistemológico do historiador como um tipo de profissional da particularidade, da coleta e busca da validade de fatos, das explicações objetivas e, ao mesmo, tempo livrando-se, até onde é possível, da autoria de seu objeto.

A filosofia, segundo Guérout, é uma construção autônoma do pensamento abstrato e não se constitui por acontecimentos, mas busca as razões últimas e internas das coisas, e discute inclusive a possibilidade de fazê-lo. O filósofo procura a generalidade máxima. O passado histórico não corresponde à história da filosofia, cujo caráter é de não passado. O filósofo procede ao acompanhamento *pari passu* de “uma ordem de razões que estrutura teses praticando um método”. A filosofia é essencialmente sistemática e abstrata no que se coloca no extremo oposto da História.

Ora, a conciliação vem pelo lado da filosofia, quero dizer, na aceção do tipo de atividade de síntese manifesta no trabalho de um historiador da filosofia. Nessa perspectiva, a ideia de história preencheria os requisitos para uma convivência produtiva. Sendo a filosofia isso mesmo e deixando de lado o complicador de considerar um filósofo da história, para além de Guérout, claro, o acordo se daria pela via da atitude mental do historiador da filosofia. Claro está que a filosofia tem uma sucessão de doutrinas, mas elas não seriam consideradas e explicáveis pelo jogo de causalidade e consequências contingentes e particulares, onde o passado seria tomado como explicação do presente, própria da pesquisa histórica, ao contrário, somente pela manutenção do teor filosófico das doutrinas que se constituem, no final das contas, no objeto deste novo historiador é que se torna possível compatibilizar na prática a contradição enfiada no seu conceito.

Se o passado da filosofia fosse tomado como explicação do presente, própria da pesquisa histórica.<sup>[2]</sup> Uma tal posição levaria ao ceticismo, isto é, a transformação das doutrinas em acontecimentos históricos supõe a negação de sua pretensão de verdade filosófica e acaba sendo um mero conjunto de dados históricos, desprovidos do interesse propriamente filosófico. Guérout nos diz que sendo assim, essa história da filosofia “ficaria reduzida à consideração de fatores ideológicos da história política, social, econômica etc.” A “vingança” da Filosofia sobre a História seria impor, *a priori*, suas próprias categorias de evolução, progresso, decadência e, assim, repensá-la sistematicamente segundo sua própria orientação.

Por outro lado, com a manutenção do teor filosófico das doutrinas, segundo Guérout, “devolve-se à história da filosofia seu valor próprio que é distingui-la completamente da história das ciências à qual ela está, entretanto, ligada historicamente. [...] Se é porque elas têm um sentido filosófico que a história conserva essas doutrinas como seus objetos, é evidentemente na medida em que a história da filosofia é filosófica que ela é possível” (Guérout, *op. cit.*, p. 18-21).]

Como vemos, Guérout e Goldschmidt dão prosseguimento, indiretamente, e complementam a missão de Maugüé, tanto no nível metodológico, uma vez que a plataforma da nova geração já estava implantada e formava seus primeiros quadros, quanto no nível da realização, já que suas obras de interpretação, por exemplo, sobre Descartes e sobre Platão, respectivamente, ofereciam guias seguros, ainda que particulares, ao trabalho de estudo e de compreensão dos sistemas filosóficos clássicos.

## A cena atual

Em *Pensée formelle et sciences de l'homme*, de 1960, Gilles-Gaston Granger, professor no departamento de Filosofia de 1947-53, coloca em renovada chave a discussão ao tematizar a importância da linguagem como dimensão científica e de configuração epistemológica nas chamadas ciências humanas. O propósito é o de discutir em que termos se pode falar com propriedade sobre uma epistemologia contemporânea, que se beneficia tanto dos métodos historiográficos (de compreensão) quanto dos filosóficos (de interpretação). Atingir, como esclarece Granger, uma “atitude epistemológica” que visa a prática científica em seu processo de criação.

Esse programa epistemológico propiciou uma compreensão da tarefa e dos cuidados do intérprete não só diante dos dados científicos, mas também como intérprete das teses, das doutrinas e dos sistemas filosóficos. Assegurar-se de estar diante de uma linguagem específica, produzida sob condições quase sempre distintas do presente imediato, munir-se de subsídios

contextuais que permitam decodificar o tipo de elaboração discursiva própria de cada filosofia, essas são as medidas de cautela e de preparo para o ato interpretativo do historiador da filosofia em formação.

O livro de Marcus Sacrini caminha com minúcia e dedicação em parte em sentido semelhante ao livro de Granger na medida em que se mantém no regime de uma filosofia da lógica e de base anglo-saxã para pensar e propor uma teoria do conhecimento própria aos estudos filosóficos, mas enquanto Sacrini visa um aproveitamento metodológico voltado para a formação de estudantes e de interessados em geral (o que, evidentemente, não exclui especialistas), Granger pretende instaurar uma perspectiva própria sobre a discussão epistemológica na abordagem da filosofia. Ou seja, enquanto Sacrini está sendo professor, Granger procura ser filósofo.

Como já insinuei, o livro *Introdução à análise argumentativa* é o resultado de uma extensa e rica pesquisa sobre lógica, filosofia da lógica, teoria da argumentação, aspectos argumentativos da retórica, hermenêutica, condições de estruturação do pensamento crítico e de vigência do que o autor chama de um “agir racional”, realizada, sobretudo, a partir dos interesses, das inquietações e das necessidades surgidas das experiências nas disciplinas que o autor oferece como professor do Departamento de Filosofia da FFLCH-USP.

O arco dos objetivos do livro circunscreve um conjunto de importantes domínios voltados, sobretudo, para:

- 1 - fornecer elementos que auxiliem na leitura e na compreensão dos textos filosóficos (o que são argumentos, como se estruturam, que funções assumem, indicadores gramaticais de funções lógicas, força inferencial, sentenças, correlações etc.);
- 2 - que propiciem ir além da primeira leitura, em geral, restrita à primeira e mais superficial camada do texto;
- 3 - permitir a identificação e o entendimento da posição filosófica adotada pelo autor (vocabulário, peculiaridade argumentativa, teses fundamentais);
- 4 - desenvolver habilidades de leitura e de análise de texto (identificação e desmembramento dos elementos básicos constitutivos da exposição das ideias e doutrinas);
- 5 - permitir aos estudantes capturar as sutilezas conceituais nas exposições filosóficas (classificação de formas argumentativas, estudo de correlações, decorrências e análise de pressupostos);
- 6 - capacitar tecnicamente os estudantes para entenderem como as teses do texto são expostas, estruturadas e legitimadas (com exercícios de análise e elaboração de diagramas e marcações textuais);
- 7 - exercitar o “agir racional” dos estudantes, passo decisivo para entender as exigências de “justificativa racional”, “sustentação racional”, “avaliação de premissas” e “reconstrução da estrutura expositiva dos textos”;
- 8 - propiciar aos estudantes a possibilidade de participarem produtivamente das discussões que lhes interessem, no sentido de saber examinar argumentos, formular hipóteses críticas consistentes, conceber e expor argumentos convincentes, evitar falácias, responder a objeções e fazer propostas.

Cada capítulo traz a exposição sobre o tema, e uma série de exemplos elucidativos, na maior parte dos casos em linguagem natural e, quanto necessário, em símbolos comuns da lógica formal. Ao final dos capítulos, são propostos exercícios como parte prática de sedimentação dos procedimentos apresentados. Assim ocorre nos onze capítulos do livro. No epílogo, o autor explica os sentidos que atribui à ideia de “agir racional” como síntese dos aspectos culturais necessários para que a prática da argumentação seja de fato um recurso para além de técnicas textuais, um modo de conceber a vida intelectual nas condições sociais.

A bibliografia mobilizada permite ao leitor, nos vários momentos em que o autor habilmente desperta nosso interesse para um tópico, encontrar sugestões de como aprofundar as lições de cada passagem do livro. O expediente instrui o leitor sobre as fontes temáticas do livro sem que o autor deixe de frisar sua posição pessoal acerca da elaboração particular que realiza sobre cada subtema. Um raro procedimento de honestidade e de responsabilidade intelectual, de personalidade interpretativa e de diligência professoral.

## Conclusão

Os procedimentos metodológicos e propedêuticos utilizados nos estudos e interpretações dos textos filosóficos, no Departamento de Filosofia da USP, tiveram, por isso, uma história até agora pelo menos dupla.

Uma vertente que poderíamos identificar como de inspiração e de fundamentação francesa, de um ponto de vista histórico-técnico e explicitado no desenvolvimento da prática de leitura e interpretação dos grandes autores da tradição filosófica. Importa incluir aí o peculiar estilo de interrogação filosófica de Gérard Lebrun, marca duradoura inclusive em alguns dos seus ex-alunos. Há alguns depoimentos sobre ele disponíveis e que permitem imaginar como terão sido em ato esses famosos cursos, mas destaco sobretudo o prefácio que o prof. Carlos Alberto Ribeiro de Moura escreveu para o volume *A filosofia e a sua história*, que reúne textos de Lebrun publicados em português. Ali, penso, é possível flagrar algo dos termos do estilo de Lebrun em plena operação, e, com paciência e minúcia, extrair dos textos que deixou a significação lebruniana para aquilo que Granger chamou de “estilo filosófico”.

E uma outra vertente de marcado matiz anglo-germânica, com bibliografia, em geral, contemporânea, de um ponto de vista lógico-argumentativo, com protocolos específicos, preocupações programáticas e com aplicação mais ampla do que as especificidades dos textos filosóficos. Providências emergenciais para fazer a educação filosófica avançar e permanecer com dignidade nas grades e estatísticas das planilhas universitárias e das agências de fomento à pesquisa. Nada mais contemporâneo. O fato de que atualmente tenha se tornado difícil continuar procedendo como antes é menos motivo de nostalgia do que de reflexão, menos devido a desvios do que a projetos, menos ainda resultado de mera escolha do que de determinação política no andamento da cultura filosófica no Brasil.

**\*Denilson Cordeiro** é professor do Departamento de Filosofia da UNIFESP.

## Notas

[1] Ressalva seja feita: aproximar a forma com que tento expor o texto de Goldschmidt às famosas teses benjaminianas não significa mais do que isso mesmo, quero dizer, reduzi-lo a um caráter de estrutura arquitetônica mínima, sem, no entanto, pretender com a manobra insinuar qualquer aproximação com o espírito dialético – de cuja forma literária oculta astuciosamente a profundidade filosófica e o alcance da sensibilidade social – do autor de “A técnica do crítico em treze teses”.

[2] Uma tal posição levaria a um ceticismo radical, isto é, a transformação das doutrinas em acontecimentos históricos supõe a negação de sua pretensão de verdade filosófica e acaba sendo um mero conjunto de dados históricos, desprovidos do interesse filosófico. Guérault nos diz que sendo assim, essa história da filosofia “ficaria reduzida à consideração de fatores ideológicos da história política, social, econômica etc.” A “vingança” da Filosofia sobre a História seria impor, a priori, suas próprias categorias de evolução, progresso, decadência e, assim, repensá-la sistematicamente segundo sua própria orientação.

[3] “Devolver à história da filosofia seu valor próprio é distingui-la completamente da história das ciências à qual ela está, entretanto, ligada historicamente. [...] Se é porque elas têm um sentido filosófico que a história conserva essas doutrinas como seus objetos, é evidentemente na medida em que a história da filosofia é filosófica que ela é possível.” (Guérault, op. cit., p. 18-21).

[4] Trata-se de especulação minha, pois o livro de Granger sequer figura nas referências bibliográficas do livro aqui resenhado.

[5] O peculiar estilo de interrogação filosófica de Gérard Lebrun foi uma das marcas dos cursos que ministrou na USP e das importantes contribuições que ofereceu aos estudos e aos estudiosos de filosofia no Brasil. Há vários depoimentos dos ex-alunos e ex-alunas dele disponíveis e que permitem imaginar como terão sido em ato esses famosos cursos, mas destaco sobretudo o prefácio que o prof. Carlos Alberto Ribeiro de Moura escreveu para o volume *A filosofia e a sua história*, que reúne textos de Lebrun publicados em português. Ali, penso, é possível flagrar com proveito os termos do estilo de Lebrun em plena operação, e, com paciência e minúcia, extrair a significação lebruniana para aquilo que Granger chamou de

“estilo filosófico”.

A Terra é Redonda